

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

DIREITOS HUMANOS E LUTAS SOCIAIS

**PUNK E DEMOCRACIA NO BRASIL: UMA LEITURA
UNDERGROUND DE UMA DEMOCRACIA TUTELADA**

Priscila Mendes

São Paulo – SP

2022

Priscila Mendes

**PUNK E DEMOCRACIA NO BRASIL: UMA LEITURA
UNDERGROUND DE UMA DEMOCRACIA TUTELADA**

Monografia apresentada no Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP - como requisito básico para a conclusão do curso de especialização em Direitos Humanos e Lutas Sociais.
Orientador: Prof. Acácio Augusto Sebastião Júnior

São Paulo – SP

2022

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

Mendes, Priscila.

Título: Punk e Democracia no Brasil: uma leitura underground de uma democracia tutelada. / Priscila Mendes – 2022. – 27f.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Direitos Humanos e Lutas Sociais). – São Paulo : Centro de Antropologia e Arqueologia Forense - Universidade Federal de São Paulo.

Orientador: Acácio Augusto Sebastião Júnior.

Punk y Democracia en Brasil: una lectura clandestina de una democracia tutorizada.

1. Punk. 2. Anarquismo. 3. Democracia. I. Acácio Augusto Sebastião Júnior. II. Punk e Democracia no Brasil: uma leitura underground de uma democracia tutelada.

**Quando eu passo a noite nas esquinas
Esperando um ônibus que nunca vem
Vejo mulheres prostituídas
Tento imaginar porquê,
Vejo moleques rasgados, perdidos
Não tem um amigo, mas porquê?**

**Dê uma olhada pra estas vidas!
Dê uma olhada pra estas vidas!
Onde estão, onde estão
Os direitos de viver?**

**Eu me lembro falam na declaração
Que nascemos livres, livres por iguais
Mas não entendo se escolhemos
Ou se alguém escolheu por nós
Não está certo, alguns tão ricos
Outros não tem nem um amigo.**

Cólera – Direitos Humanos

*Em memória à Edson Lopes Pozzi, mais conhecido como
Redson Pozzi.
Ao amor que o punk me deu: Carlos Douglas Vieira.
À banda Degeneração, que carrega em si meu coração.
À OASL, que carrega em si meus ideais.
E ao anarquismo que, apesar de minhas transformações,
não deixa de construir o que sou.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a espiritualidade pela força emanada, que contribuiu para eu ultrapassasse os desafios de cursar uma especialização em plena pandemia. Finalizo o curso vivenciando o luto da morte de meu pai, mas ainda alimentada por essa mesma espiritualidade. Perdemos de um lado, nem sempre ganhamos de outro; o universo traça caminhos de difícil compreensão para quem ainda experiencia as dores e prazeres desse plano. Continuo acreditando que a vida sabe o que faz dentro de seus propósitos, portanto, só nos resta seguir.

Agradeço ao professor Acácio Augusto Sebastião Júnior pela orientação e contribuições nesse trabalho, pela compreensão e pelas intensas e divertidas conversas sobre a cultura underground. Também aproveito para agradecer ao meu companheiro, Carlos Douglas Vieira, com quem compartilho minhas dores e alegrias, o sonho de uma banda punk e projetos para um futuro comum.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O MOVIMENTO PUNK	9
2.1 Movimento Punk: o início	9
3 O PUNK COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO MILITANTE.....	13
3.1 Os princípios libertários do punk.....	13
3.2 Autogestão: a influência anarquista na experiência punk.....	15
3.3 Movimento anarco-punk.....	16
4 REDEMOCRATIZAÇÃO E O QUE RESTOU?	18
5 DEMOCRACIA TUTELADA: UMA LEITURA UNDERGROUND	22
5.1 Democracia onde não há opção	22
5.2 Pedimos liberdade, mas não somos atendidos	24
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
7 REFERÊNCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

Na década de 1980, apesar da ostensiva repressão ditatorial ainda em vigor, diversas lutas sociais, por liberdade e participação política e direitos individuais e coletivos, tensionaram o cenário político e resultaram na formulação de uma nova constituição, em 1988, a Constituição Federal que também é chamada pelos democratas de “Constituição Cidadã”. A construção de uma democracia se formulou diante desse cenário de disputas e confrontos entre diversos setores, correntes e forças políticas.

Diante de um regime autoritário e da expansão planetária do neoliberalismo, a cultura era uma forma de expressão dos jovens que, crescendo sem perspectiva de um futuro melhor, eram contrários ao regime vigente e protestavam contra a censura, a repressão policial com traços ditatoriais e as adversidades econômicas que assolavam o país na época. Como resultado disso, manifestações culturais marginalizadas ganhavam expressão e resistiam à perseguição política. Uma delas é a expressão cultural *punk*, que tem matriz panfletária que questiona e repensa a estrutura social vigente. Com o advento das políticas sociais urbanas e a vigência de mandatos social democratas após a reabertura política, a cultura punk (expressão cultural contrária a expressão dominante, podendo também ser denominada contracultura), manteve-se questionando a ordem e as políticas adotadas, fazendo uma leitura radicalmente crítica da democracia reformista estabelecida.

Partindo dessa discussão, esse trabalho tem como objetivo apresentar brevemente o percurso do Movimento Punk e o contexto dentro do qual ele surge no Brasil, retomando resumidamente o período ditatorial e a situação política e social do país, assim como, discutir como ele contestou os fatos históricos e seguiu propondo novas formas de vida e de sociedade, enfatizando a importância da cultura para a formação das juventudes e organização de ações políticas de transformação social.

2. O MOVIMENTO PUNK

O Movimento Punk surgiu na década de 1970 em países como Estados Unidos e Inglaterra, ganhando expressão no Brasil no final da mesma década. Com uma estética chocante e um som rápido e barulhento, o movimento abraçou muitos jovens que buscavam um sentido para suas vidas através da expressão cultural. Na Inglaterra, ele surge em um contexto de escassez econômica e, sem grandes diferenças, em um período de repressão política e social no Brasil, surgindo com um caráter mais ofensivo, quando comparado a outros lugares.

Partindo disso, analisaremos a seguir, o percurso cultural do punk e sua relação com as militâncias políticas e sociais contrárias à ordem vigente e como sua dimensão crítica compreende os limites das estruturas societárias e estatais na promoção de liberdade coletiva e de uma verdadeira transformação social.

2.1 Movimento Punk: o início

Bandas inglesas que surgiram em 1976/77 trouxeram uma nova estética sonora para o rock na época, a elas foi cunhado o termo “Punk”¹. Além da atitude musical, também havia atitude política contestatória. A conhecida banda Sex Pistols, inspirada na banda estadunidense Ramones, contribuiu para o início dessa cena musical através de letras agressivas, denúncia política e cinismo, contou com uma plateia com visual condizente e provocou novas bandas a produzirem um som simples, rápido, percussivo e violento, como: The Clash, The Damned, The Jam, Buzzcocks, Eddie and The Hot Rods, Siouxsie and The Banshees, The Vibrators, Subway Sect (Caiafa, 1985)². O punk foi a via de expressão de jovens pobres do subúrbio

¹ Termo corrente em língua inglesa, que na linguagem informal assume a função de gíria para designar uma pessoa socialmente desajustada, empregado como sinônimo de pessoa desajustada, vagabunda etc. Fato linguístico que anuncia o lugar social das pessoas jovens que se identificavam com a cultura punk: lumpens e/ou jovens trabalhadores ou filhos da classe trabalhadora que estavam definitivamente fora do raio de empregabilidade ou recusavam a disciplina laboral.

² Na literatura mais recente há controvérsia sobre as origens ou as primeiras bandas punks. Há quem trace a genealogia do punk a partir de uma certa cena contracultural estadunidense, concentrada em Nova Iorque, derivada da *Blank Generation*, antes de chegar à Londres dos Sex Pistols (Cf. Macneil & Maccain, 2013). Há também quem demarque o surgimento do punk a partir de experiências políticas mais explícitas, com bandas como a londrina Crass, formada por integrantes oriundos dos movimentos anti-nuclear e anti-guerra na Europa, que possuíam experiências de vida coletiva e produziam experimentações estéticas que iam além da música, como poemas, colagens, pixação e vida coletiva em ocupações urbanas conhecidas como *squatts* (cf. Crass: eles nos devem uma vida, 2017). Adotou-se nesse trabalho a “narrativa oficial” de início com os Sex Pistols por ser, devido a

através de sua linguagem e, por vezes, representou o que havia de mais baixo, podendo o termo “Punk” ter conotação popular de algo pesado, violento, caótico.

Segundo Caiafa (1985), o punk americano surgiu mais ameno, porém, tão contundente quanto o inglês, com bandas como: Patti Smith e Tom Verlaine, New York Dolls, The Heartbreaks, The Ramones. A partir disso, as bandas passam a se preocupar com o mercado musical, adequando seu visual e estética sonora a exigência do grande público, apesar de o punk em essência representar em sua atitude política e musical da mais pura intransigência. A partir de 1981, o punk reaparece em uma versão ainda mais rápida e breve, com o nome de *hardcore*. A banda Exploited cunhou nessa época o que hoje é um lema para o punk: *Punk's not dead*. Ao mesmo tempo, o movimento skinhead se espalha com o nome de “oi”, como um ritmo mais lento que o punk e chega ao Brasil ganhando força no Rio de Janeiro. O punk resgatou a essência política e contestatória que o rock havia perdido para a indústria musical.

O surgimento do punk na década de 1970 na Inglaterra se deu diante de um período de recessão econômica e ascensão do conservadorismo, ou seja, um período de escassez e de falta de liberdade e esperança. Disso, surge o punk com uma estética ameaçadora, se apresentando como uma linguagem e uma identidade dos marginalizados e rebeldes, com atitude e conduta crítica e transgressiva (Gallo, 2008). O punk, por vezes, é associado a grupos considerados escória da humanidade, sendo associado a violência, a desordem, ao caos e a disposição de quebrar a lei. Apesar do período em que o punk foi esvaziado pela mídia, na década de 1980 ele retoma sua postura subversiva com o *hardcore*, que transgride o sistema de comunicação formal, propondo outras formas, como fanzines e *flyers* confeccionados pelas próprias bandas, restringindo essa comunicação ao underground e recusando o sistema comercial de shows, através da auto-organização das chamadas “gigs”. O que conseqüentemente gerou uma aproximação com o anarquismo e seu conceito de autogestão, que no punk vem a ser chamado *DIY – do it yourself*. O *DIY* surgiu nos Estados Unidos, antes da década de 1920, como uma alternativa às pessoas que queriam reformar suas casas sem gastar muito. Porém, ele ganhou força com o cenário punk através das bandas que passaram a produzir e distribuir de forma totalmente independente. A partir da década de 1950, movimentos anticapitalistas e anticonsumistas ganharam força e aderiram ao conceito *DIY*, também preocupados com

repercussão no show Tamisa em pleno o jubileu da Rainha, o que espalha o estilo punk pelo mundo, fazendo inclusive chegar ao Brasil.

questões ambientais, escassez de recursos e degradação do planeta pela produção e o consumo do capitalismo.

Embora tenha ocorrido uma aproximação com o anarquismo e haja uma forte conotação e atuação política de esquerda no movimento, punks mais puristas podem recusar essa ideologia, considerando ela uma limitação a expressão do punk, relacionando-o a apenas uma cultura anti-tudo, contra todos. Então, é possível identificar diversas vertentes dentro do punk, como os anarquistas, os vegetarianos e veganos que vetam o uso de substâncias químicas, aqueles que aderiram fortemente à estética carregada e aqueles que a recusaram, entre outros. Os punks estão e estiveram envolvidos em muitas ocupações - artísticas, culturais e de moradia - no Brasil e na Europa, para fundar comunidades punks ou em prol de pessoas sem teto, às margens da repressão do Estado, independentemente do país que mais garante direitos aos seus cidadãos [não entendi essa frase]. Nas ruas, os punks se chocavam com os *skinheads* e os *headbangers*, principalmente com grupos de viés nacionalista, racista, machista, xenofóbico e supremacista branco. O movimento punk rompe com o Hippie, carregando a bandeira da rebeldia e aversão ao sistema, justificando atitudes agressivas que buscavam promover mudanças e que refletiam a violenta socialização dos jovens pobres que cresceram em meio à miséria, fome, desempregado, negligência e crime, da descriminalização e violência policial, ou seja, como alvo da violência de Estado.

Apesar do movimento punk tomar força na década de 1970, é a partir do final de década de 1980 que ele assume características de um movimento mais à esquerda dando origem a outros coletivos e movimentos como MAP - Movimento Anarco-Punk – (aproximando-se do anarquismo), COB – Confederação Operária Brasileira - e ao CCS – Centro de Cultura Social. A contracultura, como o punk pode ser considerado uma vez que contrapõe a cultura dominante, é uma excelente expressão de valores, sentidos, estilos de vida e experiência compartilhada.

O punk representou uma produção artística proletária, expressão de trabalhadores industriais, informais, subempregados, desempregados, expressão da expansão do precariado urbano (Moraes, 2019). Em São Paulo, gangues como *Carolina Punk* (zona norte) e *Punk Kids* (zona leste) representavam o operariado conhecido como chão de fábrica, da periferia. Também havia os punks do ABC, como os *Punks Anjos*, metalúrgicos do ABC. O punk de São Paulo foi uma possibilidade de produção da classe trabalhadora que, se antes operava nos chãos de fábricas, hoje operam nas ruas como *office-boys*, comerciantes, trabalhadores informais, subempregados. Por esse impacto na juventude trabalhadora, há um grande enfoque no punk

nas vivências dos de baixo, porém, não se trata do único movimento de juventude e nem de um movimento exclusivo da classe trabalhadora. O punk abriu espaço para a expressão da classe mais baixa, abrindo caminhos para uma postura crítica (Moraes, 2019). Nasceu na periferia com a capacidade de produzir intervenção crítica na sociedade, impacto na ordem social e cultura dominante, assim como, reagir e resistir a uma conjuntura.

A trajetória do movimento punk evidencia sua importância, enquanto expressão cultural e política, de gerações arrasadas pela fome, miséria, desemprego e marginalização social, que transformaram a escassez em protesto e ação política. No capítulo a seguir discutiremos como o punk influenciou essas gerações a se organizarem politicamente e travarem movimentos importantes em diferentes contextos políticos e sociais, fazendo com que ele pudesse ser reconhecido como um espaço de formação militante.

3. O PUNK COMO UM ESPAÇO DE FORMAÇÃO MILITANTE

É possível perceber nas músicas punk diversos princípios políticos como: anti-sexismo, antiracismo, autogestão, vegetarianismo, anarquismo, entre outros princípios libertários. Identificando-se como contracultura, o próprio punk se coloca contra a cultura dominante em suas práticas cotidianas e atitudes. O punk é um grande formador de subjetividades coletivas, por meio dele muitos de seus adeptos seguem para outros espaços políticos e de militância; muitos, através do punk, passam a problematizar seus comportamentos que fogem ao padrão estabelecido e politizá-los.

A construção política punk autogestionária está na ausência de palco para as bandas, na conexão e nivelamento entre músicos e público, ou seja, a não hierarquização entre artista e plateia; está na auto-organização das bandas, na não comercialização da música punk, na ausência de financiamento e apoio de grandes produtoras e da grande mídia, no autoinvestimento, no lançamento através de selos independentes, conhecidos somente por membros da cena; está na não necessidade de uma educação musical formal para fazer punk, nas letras combativas, nos poucos acordes e ritmos rápidos, no rompimento com o “modelo adequado musical”. Além da construção simbólica, também há a construção material do fazer político, quando os(as) punks se unem em prol de uma causa, criam coletivos, atuam através de apoio mútuo e solidariedade a grupos vulneráveis, inserem-se em militâncias e organizações políticas.

Segundo Oliveira (2011), o punk realizou mais do que um rompimento com modelos rígidos, prontos e preestabelecidos, sua adaptação contextual no Brasil foi permeada pelo cotidiano das classes populares, refletindo inclusive o nível das relações de força entre os diferentes grupos sociais, através de letras que carregam protestos políticos e sociais, expressão de angústias, frustrações, descontentamentos e revoltas individuais e coletivas; com essas manifestações, seus ouvintes e adeptos podem analisar e criticar a realidade com outras perspectivas, considerando novas possibilidades de vida, de mundo e de organização na sociedade atual, o que pode levá-los a uma organização política militante e a construção de novos valores, que contrapõem os valores sociais tradicionais.

3.1 Os princípios libertários do punk

Conforme mencionado no texto anterior, são perceptíveis diversos princípios políticos na expressão cultural punk, portanto, apresentaremos brevemente a seguir cada um deles.

Antissexismo: para compreender o que é antissexismo, começamos por pensar o que é sexismo. Sexismo é a discriminação e preconceito baseados no sexo ou gênero, que atinge, predominantemente, mulheres e meninas. É intrínseca ao sexismo a crença de que um sexo ou gênero é superior ao outro e deve ter mais garantias políticas, econômicas e sociais, também está ligado a estereótipos de papéis sociais preestabelecidos. O antissexismo é um conjunto de ideias contrárias ao sexismo, porque ele acredita que todas as pessoas, independentemente de seu sexo ou gênero, devem ter os mesmos direitos sociais, civis, políticos e econômicos; as mesmas oportunidades; o mesmo valor enquanto sujeito; e que possuem as mesmas capacidades se forem estimuladas e desenvolvidas sob as mesmas condições.

Antirracismo: por racismo compreendemos toda discriminação e preconceito disseminados a determinados grupos raciais e étnicos. O racismo é um problema estrutural da nossa sociedade, na medida em que se originou de processos históricos de exploração e violência contra determinados grupos e sujeitos e se perpetua a partir dos mesmos processos, que estão intrínsecos na construção e funcionamento de nossa sociedade, e mantêm esses grupos em condições indignas de vida, com restrição na garantia de direitos e superação de vulnerabilidades. Ser antirracista é compreender que todos temos o papel de combater o racismo em nossas práticas, discursos e espaços que ocupamos; que a discriminação por raça e etnia é inaceitável e que todos devem ter as mesmas oportunidades e direitos para uma vida digna.

Vegetarianismo: o vegetarianismo é uma dieta que exclui o consumo de alimentos de origem animal, tendo como base o consumo de fontes vegetais. Ao contrário do que conhecemos popularmente, a inclusão de alimentos de origem animal como ovos, leite e seus derivados somente foram inclusos nas dietas vegetarianas em tempos recentes, surgindo um aspecto híbrido que não condiz com a essência do vegetarianismo. Na raiz do vegetarianismo há a oposição ao abate de animais, portanto, há uma motivação ética e política que não permite abordar o vegetarianismo como uma dieta ou uma simples questão de saúde antes de tudo (Surta, 2010). A opção de não comer carne para muitos adeptos do movimento punk carrega um sentido político, já que falar em grau de importância entre animais humanos e não humanos seria contrário a um ideal social anarquista, muito presente no movimento punk. Muito associados ao vegetarianismo eram os adeptos da vertente punk denominada *Straight Edge*, que

sofreram influência de bandas como Minor Threat e Crass, que abordavam em suas letras a exploração animal e do meio ambiente, reforçando a importância do veganismo no combate a essa exploração. Ao mesmo tempo em que Straight Edgers incentivavam a prática do vegetarianismo, anarcopunks também aderiam e defendiam essa conduta como uma forma de combate a hierarquia e a própria exploração.

3.2 Autogestão: a influência anarquista na experiência Punk

Segundo Viccari (2017, apud Dominik, 2002) o anarquismo é um ataque constante e visceral aos aparatos de poder e suas formas de execução perante um ou mais indivíduos na sociedade, combatendo historicamente o capitalismo. Tanto nas bases do punk quanto do anarquismo, liberdade e espontaneidade estão presentes, assim como a pretensão da emancipação propiciada pelo próprio povo pelo método de autogestão, mencionado no punk como *“faça você mesmo”*. Vale lembrar que nem todo punk é anarquista, mas que os ideais libertários e de destruição das normas dominantes que o anarquismo prega são atraentes ao movimento punk, que nasce antissocial e marginalizado (Viccari, 2017). Como afirma Augusto (2011: 138) em artigo escrito quando Redson, da banda Cólera, faleceu, *“a proximidade do punk com a autogestão e os anarquismos não foi mera coincidência ou afinidade ideológica: se tocaram pelo jeito de fazer as coisas e de se inventar no mundo”*.

O conceito de autogestão pode designar diferentes organizações; na perspectiva anarquista, a autogestão é um princípio social para romper com as formas autoritárias de governo, partindo de uma organização coletiva de sujeitos com princípios e objetivos comuns, de forma livre e sem exploração do trabalho ou qualquer outra opressão. A autogestão tem sua origem nas lutas da classe trabalhadora dos séculos XIX e XX e propõe a democracia e socialização da produção, propondo que o controle do trabalho e da sociedade esteja nas mãos dos próprios trabalhadores. A autogestão contrapõe a heterogestão capitalista que promove a cisão entre o que gere e é gerido, estabelecendo uma hierarquia entre quem planeja e administra e quem executa. Trata-se de uma organização burocrática do trabalho, que também resulta na organização burocrática da sociedade e no Estado, submetendo determinadas classes e etnias a outras, individualizando o trabalho e a forma de vida, através da competitividade. Proudhon, o maior crítico anarquista à burocracia e alienação capitalista estatal, empregou o conceito de autogestão, sem nunca ter usado o termo, ampliando a noção do que viria a ser uma sociedade autônoma. O significado do termo, a partir de Proudhon, corresponde a grupos autônomos

associados em suas funções econômicas de produção e funções políticas, se autoadministrando e coordenando sem hierarquização. É a própria classe trabalhadora que produz suas leis e os materiais de sua existência, organizando sua experiência de forma participativa e atuando como um ser coletivo. As leis sociais não seriam resultantes de interesses particulares, mas do trabalho que cria a sociedade (Motta, 1980).

A influência anarquista e os diversos princípios libertários presentes na expressão punk fizeram com que o punk estivesse além da música, do visual, da estética e do choque cultural que ele sempre provocou. Como há muitas formas de ser e viver o punk, apresentaremos na seção, a seguir, uma veia do punk que nasce do encontro entre essas influências anarquistas, os princípios libertários e o barulho de guitarras distorcidas: o movimento anarco-punk.

3.3 Movimento Anarco-Punk

O surgimento do movimento anarco-punk deriva do encontro entre punk e anarquismo que, no Brasil, começa somente a partir do final da década de 1980 e tem como referências bandas como Crass e Conflict. Os punks no geral possuem uma crítica ao surgimento e explosão do punk no Europa que culminou na transformação do mesmo em um produto da indústria fonográfica. A banda Crass foi precursora das gravadoras independentes, trazendo essa ideia para o punk, como forma de poder expressar livremente ideais de transformação social e fortalecer uma cena underground. No interior da Europa, a segmentação Peace-punk tem início com Penny Rimbaud e Gee Sus que romperam com o movimento Hippie (e posteriormente fundam a banda Crass) e fundam uma comunidade chamada *Dial House*, tornando o espaço uma espécie de centro cultural com diversas atividades e princípios anarco-pacifistas. Gee Sus também foi precursora da arte gráfica punk e junto com Penny Rimbaud, através do Crass, fazia ação direta nas ruas de Londres (Menegati, 2011).

No Brasil, o movimento anarco-punk teve início com a reabertura política, a partir de 1980, quando houve uma movimentação em torno de tentar fazer ressurgir o anarquismo das greves do início do século XX. O Centro de Cultura Social, que permaneceu fechado no período da ditadura, reabriu suas portas e retomou suas atividades, tornando-se um importante espaço de referência anarquista aos punks da época. O MAP – Movimento Anarco-Punk – surge a partir dessa aproximação do movimento punk com o Centro de Cultura Social e com anarquistas como Jaime Cubero e Carlo Aldegheri. A COB – Confederação Operária Brasileira – também

foi um espaço importante para os punks inicialmente, que depois romperam por não se sentirem representados, devido a muitos deles não trabalharem ou estudarem. Porém, a COB contribuiu de certa forma com a articulação do movimento anarco-punk ao aproximá-lo ao integrante da CNT (Confederação Nacional dos Trabalhadores) francesa, Jean Gabriel, que trouxe contribuições do anarquismo estrangeiro. A aproximação com a gangue da época, chamada SPPunk e seu coletivo *Ação e Anarquia* reaproximaram os anarco-punks à COB. Porém, houve rompimento dos anarco-punks com a SPPunk devido a existir, ainda dentro dela, um coletivo chamado SP-OI com tendência nazifascista. Coexistindo com o MAP-SP havia os coletivos Coletivo Libertário e Juventude Libertária - JuLi – que surgiu dentro da COB ligado à União Geral dos Trabalhadores. Dentro do coletivo Juventude Libertária surgiu a vertente *straight edge* mais ligada ao hardcore que pregava a abstinência de drogas lícitas e ilícitas e o vegetarianismo, o que gerou o afastamento de vários anarco-punks (Menegati, 2011).

Em protestos contra o 07 de setembro, em 1987, punks sofreram graves repressões, sendo presos e tendo seus moicanos cortados por policiais, o que gerou a desarticulação de gangues como SPPunk e seu coletivo *Ação e Anarquia* que tinham pouca formação política efetivamente anarquista. Com isso, os anarco-punks voltam a articular sua atuação com a COB. O MAP-SP surge em 1990 e se desarticula já em 1994, tendo seu nome sido alterado para KRAP (Coletivo de Resistência Anarco-Punk) e atuando com outros coletivos (em sua breve existência oficial), como: Coletivo Altruísta, MAP-Jundiaí, MAP-Campinas, CAPA, C.Anarquista, UL, ULBS, e CAF - Coletivo Anarco-Feminista – (Iconoclastas, 1994, nº1, apud Menegati, 2011). Nos anos 2000, o MAP-SP se rearticula como uma associação de coletivos punks e punks anarco-individualistas. Em paralelo ao MAP-SP, grupos formados com membros do MAP-SP passam a atuar, como o Coletivo Resistência Libertária, Germinal, ORGAP (Organização Anarcopunk), e se reúnem regionalmente para discutir antifascismo, inserção punk nos movimentos sociais, etc. Atualmente, o MAP-SP é filiado ao IAP (Internacional Anarcopunk) – federação punk internacional – que realiza encontros periódicos. O movimento anarco-punk, com todas as articulações, desarticulações e rearticulações, passou a atuar, e ainda atua, como movimentos sociais como movimentos de moradia e por terra, movimentos LGBTQI+ e feministas, movimento negro contra o racismo, antifascismo etc., transmitindo suas ideias através de fanzines, boletins, pelo visual, pela expressão sonora e letras combativas, por intervenções urbanas, por exposições e performances teatrais e pela internet.

4. REDEMOCRATIZAÇÃO E O QUE RESTOU?

Iniciamos o capítulo a seguir, contextualizando brevemente o que foi o período de redemocratização e como se deu após um período ditatorial, num cenário de lutas sociais e manifestações culturais combativas; contextualizando o cenário em que as produções punks ganham expressão para entoar seus protestos sonoros e, ao mesmo tempo, posicionam-se frente a uma democracia que surgia, não como uma esperança para a população marginalizada que continuava vivenciando o cerne das desigualdades sociais, mas como um abrandamento da tirania do Estado e de seus líderes.

O período de redemocratização na década de 1980 contou com diversas lutas por liberdades democráticas, direitos individuais e sociais, movimento de Diretas Já, movimentos grevistas, liberdade de organização partidária, uma busca por liberdade também na organização do próprio Estado, etc. O clima era de busca pela saída de um período de caráter autoritário e centralizador do Estado (1964-1985) marcado por muitas insatisfações e mobilizações sociais, através de reivindicação por participação popular nas instâncias de poder. A forma principal encontrada para garantir essa participação foi, legalmente, através da formulação de uma nova constituição. A reforma do Estado propunha a institucionalização de conselhos e outros espaços para a fiscalização, controle e elaboração de políticas públicas por meio da representação civil, em conjunto com a representação estatal, ou seja, uma gestão democrática de um Estado de direito e bem-estar social. Segundo Loureiro, Teixeira e Moraes (2009), a preocupação com o cidadão, com maior controle dos governantes, com padrões mais democráticos de gestão pública, foi gradativamente incorporada na cultura política do país, através da introdução de novas tecnologias que divulgam atos dos governos, criação de mecanismos de responsabilização política durante os mandatos e sob instrumentos de controle social.

A Constituição Federal de 1988 firmou compromissos sociais importantes para a ampliação de acessos e políticas públicas. Esse marco jurídico-político inicial se tornou referência para políticas de inclusão até os tempos mais recentes como, por exemplo, o acesso e permanência em instituições de ensino como direito fundamental para superação das desigualdades sociais. Políticas afirmativas como a Lei 12.711 de 2012 e o decreto 7.234 de 2010, procuravam garantir o ingresso e permanência de povos apartados historicamente do ensino como negros, indígenas e pessoas de menor renda. Porém, essas políticas afirmativas precisariam estar alinhadas a garantia de outras políticas públicas de renda, moradia, saúde e

transporte, para a garantia da permanência e conclusão do ensino, não se esgotando nelas mesmas. Tendo em vista seu objetivo de reduzir desigualdades sociais, a constituição do Estado Democrático se formulou diante de muito tensionamento social entre diversos setores, correntes e forças políticas, mas apesar de propor o controle e poder popular, sua versão final não aprovou emendas populares.

Segundo Teles (2017), a recuperação sobre a repressão política durante a ditadura e a reflexão sobre esse passado permanecem inconclusivas, fazendo com que o legado da ditadura permaneça assombrando nossa sociedade, apesar de sua superação. No Brasil, predominou e ainda predominam o silêncio e o esquecimento, uma vez que não houve rupturas evidentes na transição e reabertura política, mas sim gerenciamento de conflitos entre elites civis e militares, contando que o passado não fosse investigado profundamente, o que limitou a responsabilização dos autores dos crimes da ditadura, a apuração dos casos e a construção de uma memória efetiva do período. As lutas de resistência à ditadura e as de transformação social culminaram em diferentes modelos de democracia que eram referência política para diversos grupos da época, sendo que muitos criticavam as esquerdas da época, classificando-as como não democráticas (Teles, 2017, apud Ridenti, 1993; Teles, 2011).

No processo de transição de um regime autoritário para uma política democrática é possível perceber inúmeras contradições, principalmente, quando analisamos o quanto se pôde realmente romper com o antigo regime e não reproduzir características autoritárias. Segundo Eli Diniz (2016):

Naturalmente, entre rupturas profundas e reformas superficiais, entre o desmantelamento do regime precedente e a mera introdução de modificações moderadas em seus mecanismos de funcionamento, há toda uma gradação de soluções intermediárias, cujas fronteiras não são claramente discerníveis. Quando o que está em jogo é a transformação de regimes autoritários em direção a uma ordem política democrática, a controvérsia em torno do grau de continuidade ou de ruptura assume a forma de um esforço para determinar o *quantum* de sobrevivência das regras autoritárias ou, inversamente, de sua destruição, ocorrerá no processo de implantação da nova ordem.

Dentre os governos militares, o governo de Geisel representou uma longa e gradual transição, havendo ainda conflito entre forças conservadoras e autoritárias e forças de renovação, sendo a abertura controlada pelas elites liberais. Dessa forma, as eleições de 1982 foram um passo no sentido de abertura, permitindo após esse período um pequeno avanço das ideias e práticas democráticas, ainda que em confronto com tentativas de preservação do regime. Tensões geradas por crises econômicas, aumento da insatisfação social, e discursos

populistas autoritários que trazem respostas rápidas a momentos de crise, são elementos base de alavanca e sustentação desses regimes. Por outro lado, assim como a crise ou estagnação econômica pode gerar medidas de austeridade, também pode convocar discursos e práticas democráticas para contar com maior suporte político popular. No Brasil, as crises econômicas geradas durante o regime e o crescimento das demandas sociais populares, despertaram a força dos movimentos sociais e, conseqüentemente, uma zona de conflitos. A falta de suporte das elites enfatizou o confronto e cooperou para a redemocratização, já que essas reinventaram seu olhar para outras possibilidades de implementar seus interesses. A redemocratização poderia ser entendida, então, como uma resolução de conflitos por acordos e conciliação, uma maneira das elites sobreporem seus interesses, por isso, estas também apoiaram o processo de abertura, mas sem permitir um completo protagonismo dos movimentos sociais e lutas de base.

O regime autoritário brasileiro teve uma característica peculiar que foi a manutenção de instituições e instâncias de instituições representativas e mecanismos eleitorais. Mas, segundo Diniz (2013, p. 247), a abertura caracterizou-se por um movimento inverso marcado pela criação de instrumentos legais coercitivos com o objetivo de manter a liberalização sob controle para garantir e expandir o espaço das forças situacionistas. O governo vigente procurou legitimar-se através da revitalização do processo eleitoral, sem aceitar flexibilidade e variações no poder, o que gerou a imposição de instrumentos legais continuando o poder arbitrário do Estado e implementando uma ordem jurídica sem legitimidade. Em 1979 foi implementada a Lei Orgânica dos Partidos que extinguiu o bipartidarismo para pluralizar as oposições. Nessa época, houve a criação de um partido mais à esquerda, que foi o Partido dos Trabalhadores e ao mesmo tempo a criação de um partido de centro que buscou reunir moderados do MDB e dissidentes da Arena, com o objetivo de fragmentar ainda mais as oposições. Em novembro de 1981, o Pacote de Novembro instituiu a proibição de coalizões eleitorais para evitar a aliança entre partidos de oposição em 1982, a obrigatoriedade de cada partido apresentar seus candidatos de todos os níveis de representação e a vinculação de votos.

O processo de abertura foi contraditório e de nenhuma forma unilinear, eliminou elementos mais repressivos ao mesmo tempo em que reprimiu alguns avanços da oposição e impulsos democratizantes. Foi um processo lento, gradual e seguro, um caminho para um Estado de Direito com muitas falhas e reprodução de valores e regras antidemocráticas, um processo marcado pela contenção do ritmo de expansão, por tensões, convergências e incongruências, e ilegitimidade de vários instrumentos de poder. Essas contradições entre avanços democráticos e conservadorismo autoritário são visíveis e presentes ainda hoje, através

de perseguições e censuras políticas, repressões a manifestações populares, obrigação de escolha de um representante político, entre outras. E apesar da igualdade prevista em constituição, os bens, direitos e acessos não são distribuídos de forma equânime, portanto, a garantia dos mesmos não se esgota pela formulação de leis, é fundamental sua materialização e real ampliação para as pessoas mais vulneráveis social e economicamente. A restrição de direitos também é uma impossibilidade democrática de fazer política a partir da ótica dos que estão na base.

Além das restrições em relação aos processos de participação democrática e na efetivação de direitos previstos na própria Constituição de 1988, os elementos ligados ao aparato de segurança (medidas de exceção e os corpos policiais e militares) permaneceram intocados, como observa Augusto (2018: 381),

“a festejada ‘Constituição cidadã’ não foi capaz de criar uma situação político-social que impedisse a propagação da violência que marcou o período de ditadura civil-militar que a antecedeu. Ao contrário, mesmo esvaziada do conteúdo político-ideológico da chamada Guerra Fria, que animava as perseguições de um fantasmagórico inimigo interno, a violência, sobretudo a institucional, só cresceu nesses trinta anos de liberdades constitucionais. Saímos da esperança de “tortura nunca mais”, para uma extrema rotinização das violências, sem uma redução significativa do terror de Estado”.

A continuidade do aparato securitário e a anistia aos agentes de Estado, sobretudo os militares que perpetraram perseguições, torturas e assassinatos durante o período ditatorial, acabou por moldar uma democracia tutelada por esses mesmos militares, inclusive com medidas previstas na própria Constituição, como o artigo 142 abre brecha. Desta forma, o que tivemos foi uma abertura e, conseqüentemente uma democracia, tutelada.

5. DEMOCRACIA TUTELADA: UMA LEITURA UNDERGROUND

Neste capítulo serão analisadas letras de bandas punks que fornecem subsídios para a compreensão da leitura da contracultura punk sobre a atual democracia estabelecida com o processo de reabertura política. Também serão apresentados princípios básicos que compõem o Punk e contribuem para a crítica a essa democracia.

5.1 Democracia onde não há opção

Na letra *Censura Idiota* da banda Garotos Podres, formada em 1982, no município de Mauá, periferia do ABC Paulista, Mao (o vocalista) canta: *Censuraram ideias/ Expropriaram o pensamento/ Não há mais/ Saída para ninguém*. Apesar da banda ter sido iniciada ainda em período ditatorial, essa música fez parte do álbum *Canções para Ninar*, lançado somente em 1993, cinco anos após a formulação da Constituição de 1988 e, conseqüente, abertura política. Mao continua cantando que: *Impuseram a farsa/ Democracia autoritária/ Idiotas sem cérebro/ Omitiram a verdade*. Na voz de um jovem suburbano, acompanhado por mais outros três tocando instrumentos, é nítida a crítica a uma democracia que não resultou em verdadeira liberdade e dignidade para todos; uma democracia que reproduziu a tirania de estadistas. Já a banda Asfixia Social, de formação mais recente (em 2007) com integrantes do ABC e zona sul de São Paulo, enfatiza a crítica de Garotos Podres a uma falsa democracia em sua letra *Censura Não* através dos versos: *Àqueles que são marginalizados/Surrados dia-a-dia/E que vivem condenados debaixo das leis/De um sistema opressor/Onde as regras vêm de cima e não se ouve o povo/Eles estão a comandar uma falsa democracia/Em que não querem escutar/Ligo a tv ou o rádio, analisando o cenário/Estupidez massiva para um povo otário/A liberdade é jabá, a voz é de milionários/Em uma mão alforria, mas, na real, escravos*.

A palavra democracia é a junção de dois termos gregos, *demos* que significa o povo e *kracia* que significa governo. Sendo assim, partindo da etimologia da palavra, democracia seria o governo do povo. Porém, desde as experiências democráticas mais antigas, mulheres, escravos e trabalhadores braçais escravizados estavam excluídos da cidadania, do fazer político, dos espaços públicos, de decisões e exercício de poder. Por mais que *demos* significasse *povo*, democracia era o governo de muitos, mas não o governo de todos. E é fácil identificar na crítica abordada na letra *Censura Não*, a hierarquização do poder, quando entoam que *as regras vêm*

de cima, e o povo não é ouvido; que os tiramos estão comandando uma *falsa democracia* através da imposição de leis e manipulação dos meios de comunicação que produzem uma *estupidez massiva*, distraindo o povo que não controla o poder, mas é explorado por elites que governam, já que *a voz é de milionários*.

Restos de Nada foi a primeira banda de punk rock formada no Brasil, sendo formada em 1978 na zona norte da cidade de São Paulo, como parte da gangue SPPunk entre os jovens da Vila Carolina. A banda, formada em pleno período ditatorial, lançou um álbum homônimo, em 1987, tecendo, através de suas letras, críticas à censura, à desigualdade social, ao descaso e negligência do Estado e da sociedade aos grupos oprimidos e, numa pegada existencialista, expressaram o quanto os acontecimentos sociais da época geravam medo, paralisia, ódio e limitação das expressões do povo. Na música *Eu Tenho Medo*, a banda entoa que há um medo, que não é o medo da morte, mas *o medo da morte em vida*. O mesmo medo que revela a morte dos sonhos, das ideias, da diversidade e da liberdade de expressão. Um medo gerado pela tirania do poder; um *Medo de que escutem/ Nossos gritos constantes/ Medo da tortura/ Encarniçamentos sumiços/ Dos movimentos submissos*.

Além das críticas ao autoritarismo, à falsa democracia e a liberdade de expressão, assim como, a inexpressiva igualdade que a Constituição de 1988 afirmou, as bandas punks propuseram novos mundos; um novo sistema e uma nova forma de vida, considerados utópicos e, ao mesmo tempo, totalmente igualitários e libertários. O que podemos analisar através da letra *Anarquia*, da banda Phobia Punk Rockers, formada em 1993 na cidade de São Paulo, que entoa: *Cooperar e não competir/ Destruir para construir/ Eliminar o Estado/ Acabar com o que deu errado/ Não hierarquia da teoria para ação/ Livre viver, autogestão/ Não hierarquia da teoria para ação/ Livre viver, autogestão*. Na letra, fica evidente a relação do punk com a anarquia, pois expressa de forma explícita a proposta de uma organização autogestionária do mundo como resposta ao *que deu errado*, ou seja, a um sistema injusto e desigual; que hierarquiza a sociedade e concentra o poder.

Podemos perceber, ao analisarmos diversas letras, a relação do punk com uma nova proposta de sociedade e uma consequente crítica as estruturas e experiências que vivemos coletivamente. Na próxima seção, apresentaremos letras que contestam desigualdades e mazelas sociais, críticas que contribuem para a visão de um novo mundo e a construção de outras propostas.

5.2 *Pedimos liberdade, mas não somos atendidos*

Considerando alguns dos princípios libertários do punk, expostos no primeiro capítulo, analisaremos algumas letras que enfatizaram esses princípios e contribuíram para uma crítica à democracia tutelada.

O machismo é muito denunciado em diversas letras de bandas punk, principalmente, por aquelas lideradas por mulheres, como a Charlotte Matou um Cara que, em *Homofóbico*, cantou: *Eu até tenho amigos gays/Eles vão na minha casa/ Eu até tenho amigos gays/ Eles lá e eu aqui/ Homofóbico!* Na letra, é expressa, através de uma ironia, a homofobia velada em nossas condutas e práticas cotidianas, quando apesar de se “ter amigos gays” o preconceito e a discriminação continuam existindo e sendo reproduzidos por essas pessoas que acreditam compreender e aceitar a diversidade somente por conviver com isso. A banda Dominatrix denuncia, em *Filhas, Mães e Irmãs*, a misoginia e o conseqüente apagamento das mulheres vítimas de violência que, ao relatarem seu sofrimento, se deparam com a indiferença, a negligência e o silenciamento: *Um de vocês vai dizer que não viu nada, não ouviu nada/ Um de vocês vai me dizer “vai devagar, sem acusar”/ A violência se faz/ A indiferença se faz/ A intolerância se faz sem testemunha/ Dentro de casa, nas ruas do subúrbio/ Dentro de casamentos e nas delegacias.* Na letra *Meu Corpo é Meu*, a banda composta exclusivamente por mulheres, também denuncia as contradições da cultura patriarcal que pune e julga mulheres que escolhem e escolheram se relacionar fora dos preceitos do patriarcado, ao mesmo tempo em que acoberta os abusos e violência cometidos por homens, invisibilizando determinadas condutas com justificativas que culpabilizam suas vítimas e eximem seus agentes da responsabilidade pelas mesmas: *Puro é aquele que inocente não se segurou e foi/ Tentado a violentar e sem querer matou/ Puta é aquela que se dá pra quem se dá sem o seu/ Aval misógino, mas meu corpo é meu.*

A postura anticapitalista na subcultura Punk também combina muito com o boicote ao sistema de produção de alimentos praticado por várias vertentes do movimento vegetariano. Muitos adeptos do movimento *Straight Edge*, além do álcool e outras drogas, aboliram a carne e até mesmo outros alimentos e produtos de origem animal de seu consumo. Mas nem só os *Straights Edgers* foram adeptos do vegetarianismo e defenderam os direitos animais em suas letras, a banda Cólera, em seu terceiro álbum de estúdio: *Verde, não devaste!*, aborda temas como responsabilidade ambiental, exploração e direitos dos animais. Na música *Presídio Zoo*, do mesmo álbum, a banda denuncia a exploração e consumo da vida animal como se fossem

objetos de entretenimento à serviço da mercancia capitalista: *Zoona, Presídio Zoo/ Onde exponho você/ Pra te amanssar, te controlar/ E por dez milhões te vender.*

O punk não deixou de questionar a democracia tutelada e sua repressão velada e explícita; também abordou criticamente o machismo, a opressão aos animais, o sistema capitalista e um estilo de vida baseado no consumo. Dentre tantas questões sociais, também não deixou de contestar o racismo e as políticas de Estado genocidas, enxergando a democracia tutelada para além de um regime político; mas como um regime que norteia a vida e a convivência em sociedade, reproduzido em nossas relações sociais e condutas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletindo sobre as exposições feitas ao longo do trabalho, podemos identificar a relevância das discussões trazidas pelo Movimento Punk no que tange a abertura democrática, uma vez que ele questiona suas falhas e contradições. Mesmo com esse processo de abertura e uma nova constituição, o Brasil continuou sendo assolado pela fome, miséria, desigualdade de raça, etnia, gênero, opressão social e uma política de Estado genocida, racista e arbitrária.

A juventude periférica, influenciada pela contracultura punk, não reivindicava a participação política institucional, contestou os supostos novos moldes de regime político, que buscaram disfarçar a continuidade de uma velha política autoritária e excludente. Através de movimentos sociais e culturais e organizações políticas, essas juventudes protestaram e reivindicaram suas propostas de mundo novo, entoando suas ideias revolucionárias e criticando as estruturas impostas pelo sistema capitalista e pelo patriarcado. Os ideais libertários levantados por elas estavam presentes nas letras, nas imagens, na estética, em encontros e eventos e, principalmente, na atitude dos jovens inseridos na contracultura. Ao analisarmos as letras apresentadas nesse trabalho, podemos perceber que a voz dos grupos oprimidos era a protagonista dos versos e produções *punks*.

As discussões desse trabalho contribuem para voltarmos nosso olhar às falácias da democracia burguesa, mesmo após 34 anos, repensando as supostas mudanças trazidas pela abertura política que em nada alteraram as estruturas de nossa sociedade; apenas fizeram reformas em nome da manutenção e avanço do neoliberalismo. Apesar da importância de reconhecer algumas conquistas dos grupos sociais oprimidos, é preciso reconhecer que ainda não contemplamos a verdadeira liberdade coletiva e transformação social. Importante ainda lembrar que essas mínimas conquistas vieram desses que se levantaram e, por vezes, arriscaram suas vidas em prol de uma vida com mais dignidade.

O movimento punk segue produzindo letras, músicas, poesias, eventos em prol do apoio mútuo e solidariedade a comunidades, grupos sociais e companheiros e companheiras de contracultura que resistem diariamente aos problemas da vida, impostos pela desigualdade do sistema e/ou gerados pelas angústias da própria existência. A contracultura se renova através da formação de bandas e pelo atravessamento de novas gerações, mantendo seu caráter transgressor e reavivando o choque pelas ruas e espaços por onde passa.

7. REFERÊNCIAS

- Adrião, T. Camargo, R. B. de. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. *Gestão, financiamento e Direito à Educação*. São Paulo: Xamã, 3ed. 2007.
- Augusto, Acácio. “Das canções barulhentas que animam rebeldes”, in *Revista Verve*. São Paulo: Nu-Sol, 2011, pp. 136-141.
- _____, Acácio. “Trinta anos esta noite: busca por segurança e medidas autoritárias na Constituição federal de 1988” in *História: Debates e Tendências* – v. 18, n. 3, set./dez. 2018, p. 380-391
- Caiafa, J. Movimento Punk na Cidade: a invasão dos bandos sub. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 1985.
- Câmera, R. *Você sabe o que é DIY?*. Acesso em: <https://blog.fazedores.com/voce-sabe-o-que-e-diy/>.
- Carvalho, A. E. de A. Lima, N. F de. Para além da autogestão: a construção de uma subjetividade solidária no movimento anarquista. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Paraná.
- Corrêa, F. Silva, R. V. da. Anarquismo, Teoria e História. Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA). Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/442123/felipe-corre3aaa-e-rafael-viana-da-silva-anarquismo-teoria-e-histc3b3ria3.pdf>.
- Crosara, D. de M. Barbosa e Silva, L. A Constituição Federal de 1988: os caminhos das políticas de democratização do acesso e permanência na educação superior como direito fundamental. *Revista Educação e Políticas em Debate*. V. 7, n. 2, p. 289 -312. Uberlândia: 2018, mai./ago.
- Diniz, E. Boschi, R. Szwako, J. Moura, R. D’Avila Filho, P. (Orgs). Estado e Sociedade no Brasil. Rio de Janeiro. 2016. Pág. 241-255.
- Gallo, I. C. D’A. Punk: cultura e arte. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 24, nº 40: p.747-770, jul/dez 2008.
- Loureiro, M. R. Moraes, Tiago Cacique. Teixeira, Marco Antonio Carvalho. Democratização e reforma do Estado: desenvolvimento institucional dos tribunais de contas no Brasil recente. *Revista de Administração Pública*. Ed. 43 (4): 739-72. Rio de Janeiro: 2009, jul/ago.
- Machado, B. *Festival Punk – O Começo do Fim do Mundo (1982)*. 2016. Acesso em: Festival Punk – O Começo do Fim do Mundo (1982) | (ahistoriadodisco.com.br).
- McNeil, Legs; McCain, Gillian. *Mate-me por favor*. Tradução Lúcia Brito. Porto Alegre: LP&M, 1997.

- Mendonça, P. M. Música punk: formação política na vida. *Revista do Fórum Internacional de Estudos em Música e Dança*. Vol. 2, n. 2, p. 282-290, 2013. Laboratório de Etnomusicologia da UFRJ.
- Menegati, S. R. *A comunicação do Movimento Anarco-Punk de São Paulo: análise do blog da associação*. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2011.
- Mioto, R.C.T.; Lima, T.C.S. Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katál*. Florianópolis, v. 10 n. esp., p.37-45, 2007.
- Moraes, F. P. de C. O movimento punk paulista como sintoma e agência de uma classe operária em desagregação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. 2019. Pág. 11-54.
- Motta, F.C.P. Burocracia e Autogestão: a proposta de Proudhon. Fundação Getúlio Vargas Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 1980. p 169-191.
- Oliveira, R. C. de. Do *punk* ao hardcore: elementos para uma história da música popular no Brasil. *Temporalidades – Revista Discente do Programa do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*. Jan/Jul de 2011. vol. 3 n. 1.
- Pinto, R. O que é ser anti-racista?. Acesso em: <https://shifter.pt/2020/06/anti-racista/>.
- Pinto, W. Saiba o que é racismo estrutural e como ele se organiza no Brasil. Acesso em: <https://www.cut.org.br/noticias/saiba-o-que-e-racismo-estrutural-e-como-ele-se-organiza-no-brasil-0a7d>.
- Pizzani, L.; Silva, R. C.; Bello, S. F.; Hayagashi, M. C. P. I. A Arte da Pesquisa Bibliográfica na Busca do Conhecimento. *Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf.* Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012.
- Silveira, R. F da. Autogestão e Geografia: os territórios no viés das resistências. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. p 5-24.
- Surta. Veganismo, Vegetarianismo e protovegetarianismo: definições e concepções. 2010. Acesso em: <http://sociedadevegana.org/artigos/veganismo-vegetarianismo-e-protovegetarianismo-definicoes-e-concepcoes/>.
- Teles, J. de A. "Luto e Memória da ditadura: O Memorial dos Desaparecidos de Vila Formosa, em São Paulo". *Revista M*. Vol.2, no.3, jan.-jun. 2017, p.65-93.
- Vasco, J. Feminismo e Anti-sexismo. Acesso em: <http://esquerda-republicana.blogspot.com/2016/02/feminismo-e-anti-sexismo.html>.
- Vicari, R. T. Punk Veganarquista: história e a Personal Choice. *Encontro de Pesquisa em História: revoluções e movimentos sociais*. São Paulo, 2017.